

**A INDISSOCIABILIDADE
ENTRE ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO EM
PORTUGUÊS COMO LÍNGUA
ADICIONAL:
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS
E PRÁXIS SOCIOINCLUSIVA**

**THE INDISSOCIABILITY OF TEACHING, RESEARCH, AND EXTENSION IN
PORTUGUESE AS AN ADDITIONAL LANGUAGE: THEORETICAL
ASSUMPTIONS AND SOCIO-INCLUSIVE PRAXIS**

Linguística & Letras e Artes • 05/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/791037569](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/791037569)

Fernando Miranda Arraz¹

RESUMO

O presente estudo reflexivo teórico analisa as implicações conceituais e epistemológicas da articulação entre ensino, pesquisa e extensão no campo do Português como Língua Adicional (PLA) no âmbito das universidades públicas brasileiras. Fundamentando-se nos pressupostos da Linguística Aplicada (LA) Crítica, o estudo discute como a superação de concepções meramente instrumentalistas de ensino de línguas possibilita a construção de uma práxis pedagógica voltada à inclusão sociolinguística de sujeitos em situação de vulnerabilidade e mobilidade transnacional, tais como migrantes, refugiados e populações indígenas. A reflexão desdobra-se em duas seções de desenvolvimento: a primeira dedica-se aos aportes teórico-epistemológicos que sustentam a indissociabilidade do tripé acadêmico; a segunda apresenta o delineamento conceitual de dispositivos didático-pedagógicos e projetos integrados aplicáveis a diferentes territorialidades (urbanas, rurais e indígenas). Conclui-se que a dinâmica circular entre a produção de conhecimento, a formação docente e a intervenção comunitária reforçam o papel social da universidade pública no desenvolvimento de um PLA decolonial, ético e engajado com a garantia de direitos humanos.

Palavras-chave: Português como Língua Adicional; Ensino-Pesquisa-Extensão; Linguística Aplicada; Inclusão Sociolinguística; Formação Docente.

ABSTRACT

This theoretical, reflective study analyzes the conceptual and epistemological implications of the articulation between teaching, research, and extension in the field of Portuguese as an Additional Language (PAL) within Brazilian public universities. Based on the assumptions of Critical Applied Linguistics (LA), the study discusses

how overcoming merely instrumental conceptions of language teaching enables the construction of a pedagogical praxis focused on the sociolinguistic inclusion of subjects in situations of vulnerability and transnational mobility, such as migrants, refugees, and indigenous populations. The reflection unfolds in two development sections: the first is dedicated to the theoretical-epistemological contributions that support the indissociability of the academic triad; the second presents the conceptual outline of didactic-pedagogical devices and integrated projects applicable to different territorialities (urban, rural, and indigenous). It is concluded that the circular dynamics between knowledge production, teacher education, and community intervention reinforces the social role of public universities in developing a decolonial, ethical PLA engaged with the guarantee of human rights.

Keywords: Portuguese as an Additional Language; Critical Applied Linguistics; Teaching-Research-Extension; Teacher Education; Sociolinguistic Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

Nas universidades públicas brasileiras, a articulação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, alçada a princípio constitucional pelo Artigo 207 da Carta Magna de 1988, constitui o pilar que assegura o cumprimento de sua função social, científica e democrática. No âmbito do Português como Língua Adicional (PLA), campo científico e disciplinar vinculado à Linguística Aplicada (LA), essa exigência de integração ganha densidade teórica e premência prática diante das complexas dinâmicas demográficas, políticas e culturais contemporâneas. A intensificação das migrações de crise, o deslocamento forçado de populações refugiadas, os processos de internacionalização acadêmica e o contato linguístico contínuo em

áreas de fronteira e territórios originários colocam o ensino do português no centro das disputas por cidadania, pertencimento e direitos humanos.

A problematização norteadora deste ensaio teórico decorre da percepção de que visões gramaticalistas, prescritivas ou instrucionais da linguagem são insuficientes para responder às reais necessidades comunicativas e sociais dos sujeitos que buscam o PLA. Quando desvinculado de uma postura investigativa rigorosa e do compromisso com as comunidades externas, o ensino de línguas corre o risco de converter-se em reprodutor de hegemonias culturais e de padrões linguísticos excludentes, ignorando as trajetórias de letramento, os repertórios plurilíngues e os contextos de opressão vividos pelos estudantes.

Diante dessa conjuntura, formula-se a seguinte questão de pesquisa: como a fundamentação epistemológica da LA Crítica e a articulação estrutural do tripé ensino-pesquisa-extensão podem sustentar uma práxis acadêmica em PLA capaz de transformar a formação docente, produzir conhecimento teoricamente adensado e efetivar a inclusão sociolinguística em múltiplas territorialidades?

Para responder a essa indagação, o presente trabalho, de natureza teórico-propositiva, tem como objetivo geral discutir as implicações conceituais, epistemológicas e pedagógicas da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão aplicada ao PLA. Defende-se que a atuação universitária alcança rigor acadêmico e relevância política no momento em que o ensino se abre à problematização da linguagem como prática social; a pesquisa se constitui a partir dos dilemas concretos das salas de aula e territórios; e a extensão atua

como espaço de coautoria epistemológica entre a universidade e a sociedade civil.

A estrutura desta escrita ensaística organiza-se em torno do adensamento conceitual dos pressupostos teóricos e da modelagem de dispositivos e projetos de intervenção. Além desta introdução e das considerações finais, o texto desdobra-se em duas seções de aprofundamento: a Seção 2 investiga a matriz teórico-epistemológica da LA Crítica, a Pedagogia problematizadora e as políticas linguísticas, demonstrando a ancoragem teórica do tripé universitário; a Seção 3 dedica-se ao detalhamento da práxis pedagógica, analisando a arquitetura de uma sequência didática focada em podcasts narrativos e a estruturação de projetos integrados para contextos urbanos, rurais e indígenas

2. MATRIZ TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICA DO PLA: LA CRÍTICA, POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E A ESTRUTURAÇÃO TRIÁDICA

A consolidação do PLA enquanto campo de conhecimento exige uma rigorosa revisão dos paradigmas científicos que historicamente orientaram os estudos da linguagem. A tradição formalista e estruturalista, ao conceber a língua como um sistema abstrato, autônomo e homogêneo de regras desvinculado das condições reais de produção discursiva, frequentemente serviu como instrumento de invisibilização da diversidade sociolinguística e de manutenção de privilégios sociais. Em contraposição a essa herança, a afirmação do PLA na LA apoia-se em viradas epistemológicas que postulam a linguagem como prática social situada, marcada por relações de poder, disputas ideológicas e processos de subjetivação.

2.1. A Virada Crítica, Indisciplinar e Transgressiva na LA

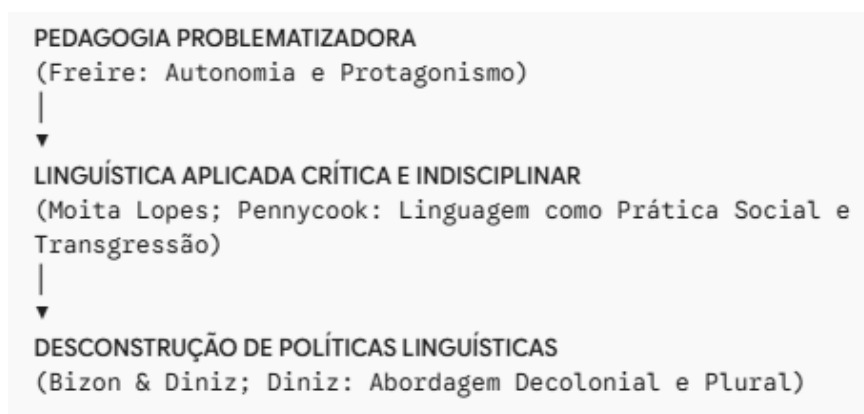
A virada crítica da LA ressignifica o próprio objeto de investigação científica. Em vez de tomar a língua como uma entidade idealizada, passa-se a investigar as práticas linguísticas operadas por sujeitos de carne e osso em contextos marcados por assimetrias históricas. Conforme teorizado por Moita Lopes (2006) ao propor uma "Linguística Aplicada Indisciplinar", a produção de conhecimento no campo da linguagem deve partir diretamente de problemas sociais nos quais a linguagem desempenha papel constitutivo. Essa abordagem "indisciplinar" recusa o enquadramento rígido de teorias linguísticas exógenas e busca interfaces com a sociologia, a antropologia, os estudos culturais e a filosofia política, permitindo apreender a complexidade das interações humanas na contemporaneidade.

No âmbito do PLA, esse deslocamento implica compreender que o ato de aprender uma língua adicional não é neutro nem meramente cognitivo. A apropriação do português por migrantes e refugiados envolve a negociação constante de suas identidades e posições de sujeito em um novo tecido social. Corroborando essa perspectiva, Pennycook (2006) introduz a noção de "Linguística Aplicada Transgressiva", a qual convoca os pesquisadores a desnaturalizar os discursos sobre o ensino de línguas e a questionar as estruturas coloniais e mercadológicas que subordinam certas variedades e falantes. A transgressão epistemológica consiste em desmascarar o mito da neutralidade pedagógica e colocar a investigação sobre a linguagem a serviço da emancipação e da descolonização dos saberes.

A transposição dessas balizas teóricas para o campo educacional encontra sustentação na Pedagogia Problematizadora de Paulo Freire. Em Pedagogia da Autonomia, Freire (1996) rejeita

veementemente a "educação bancária" — baseada na transferência e depósito de conteúdos — e postula que ensinar exige rigor metodológico, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos e reflexão crítica sobre a prática. O autor fundamenta a educação como um ato político orientado para a autoconscientização e para o protagonismo do sujeito historicamente oprimido.

No PLA, a práxis freireana exige que os repertórios linguísticos, as trajetórias de letramento e as experiências de mobilidade dos estudantes não sejam vistos como "deficiências" ou "falhas de aprendizagem", mas como o ponto de partida constitutivo de todo o processo pedagógico.



Elaborado pelo autor (2026)

2.2. Políticas Linguísticas, Decolonialidade e a Análise Crítica do Material Didático

O campo do PLA é atravessado por políticas linguísticas que operam tanto de forma explícita (em legislações, currículos e exames de proficiência) quanto implícita (nos discursos institucionais e nas escolhas do material didático). Historicamente, a difusão do português para falantes de outras línguas esteve vinculada a projetos de construção da identidade nacional ou a narrativas de promoção internacional da língua para fins estritamente econômicos e diplomáticos.

Diniz (2015) analisa criticamente essas concepções, evidenciando como os discursos sobre o ensino de português oscilam entre vertentes mercadológicas e ufanismos nacionalistas. O autor demonstra que tais discursos frequentemente reduzem a língua a uma mercadoria de troca no cenário global ou a um símbolo homogêneo da "brasilidade", ocultando as tensões sociais, as desigualdades de classe e o racismo estrutural que marcam o país. Essa higienização do ensino de línguas apaga a presença das populações marginalizadas e impõe aos estudantes uma visão romantizada e distorcida da sociedade receptora.

Aprofundando essa crítica sob a ótica pós-colonial e decolonial, Bizon e Diniz (2019) investigam os materiais didáticos concebidos para o ensino de PLA, identificando neles os reflexos do multiculturalismo liberal. Os autores denunciam mecanismos subtis de apagamento discursivo e a representação exotizada de grupos minoritários, como os povos indígenas, quilombolas e populações periféricas. Ao analisar como a cultura brasileira é representada nos livros didáticos, Bizon e Diniz (2019) demonstram que as escolhas temáticas e lexicais funcionam como instrumentos de política linguística que silenciam a diversidade e reforçam hierarquias eurocêntricas. Diante dessa realidade, os autores advogam por uma produção de materiais que assuma uma postura crítica e intercultural, permitindo aos estudantes interpelar os textos e reconhecer a pluralidade das vozes que constituem o espaço lusófono.

2.3. A Fundamentação Jurídico-Institucional e Epistemológica da Indissociabilidade Triádica

A resposta epistemológica e política a esses desafios reside na efetivação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades públicas. O mandato constitucional do Artigo 207 da Carta Magna de 1988 estabelece uma diretriz em que nenhuma das três funções universitárias pode sobrepor-se às demais ou existir de forma isolada.

Complementarmente, a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, ao instituir as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, reafirma a obrigatoriedade da inclusão da extensão nas matrizes curriculares dos cursos de graduação (creditação/curricularização da extensão). A norma define a extensão como uma atividade de caráter interprofissional, político, educacional, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e os demais setores da sociedade.

Nesse sentido, a indissociabilidade assume uma dimensão epistêmica profunda. O ensino deixa de ser espaço de aplicação técnica de conteúdos prescritos para transformar-se no *lócus* primário da problematização teórica e da vivência pedagógica. No PLA, o ensino expõe os futuros docentes à heterogeneidade dos sujeitos e aos desafios reais do multilinguismo.

A Pesquisa fornece o rigor metodológico e a densidade conceitual necessários para investigar os fenômenos que emergem do ensino e da extensão. A investigação científica em PLA não se fecha em abstrações; pelo contrário, debruça-se sobre a interlíngua, os processos de letramento, as políticas públicas e a análise de materiais, produzindo conhecimentos situados e teoricamente fundamentados.

A Extensão atua como o elo dialógico que conecta a universidade às demandas reais da sociedade civil (migrantes, refugiados, escolas públicas, comunidades indígenas e rurais). A extensão afasta qualquer postura assistencialista ao reconhecer a comunidade externa como coautora de saberes. Os dados e vivências emergentes da ação extensionista tensionam as teorias vigentes, exigindo a reformulação dos currículos de ensino e alimentando novos ciclos de pesquisa científica.

Configura-se, assim, uma dinâmica verdadeiramente orgânica e circular, na qual a prática social alimenta a investigação, cujos resultados qualificam a formação docente no ensino, que por sua vez deságua em novas ações de extensão comprometidas com a transformação comunitária.

3. DA TEORIA À PRÁXIS: MODELAGEM PEDAGÓGICA, GÊNEROS DISCURSIVOS E PROJETOS INTEGRADOS EM DIVERSAS TERRITORIALIDADES

A tradução dos pressupostos da LA Crítica em intervenções concretas exige a criação de dispositivos metodológicos que operacionalizem a indissociabilidade acadêmica. Esta seção analisa a arquitetura pedagógica de duas frentes de práxis no campo do PLA: a aplicação de Sequências Didáticas (SD), conforme os estudos de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) focadas no gênero podcast narrativo e o desenvolvimento de projetos integrados direcionados a contextos urbanos, rurais e indígenas.

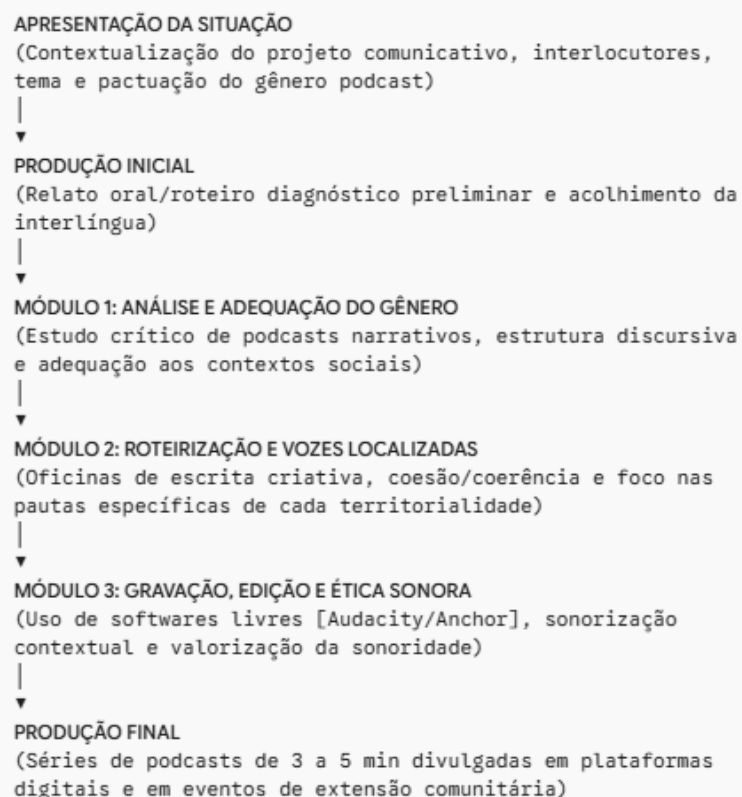
3.1. Didatização Crítica e Tecnologias da Voz: A SD "Vozes do PLA"

O gênero discursivo podcast narrativo apresenta-se como um potente instrumento pedagógico para o ensino crítico de PLA, uma

vez que articula o desenvolvimento da proficiência oral e escrita, a apropriação de tecnologias digitais e a valorização das trajetórias identitárias dos estudantes. A concepção da SD "Vozes do PLA: Nossas Histórias em Podcast" parte da premissa freireana de que a tomada da palavra pelo sujeito oprimido é o primeiro passo para a sua emancipação.

Sob o ponto de vista da teoria dos gêneros discursivos e da sociolinguística, a SD considera a interlíngua — o sistema linguístico dinâmico e transitório construído pelo aprendiz de uma língua adicional — não como um somatório de erros que devem ser eliminados, mas como um espaço legítimo de criação, expressão e negociação cultural.

A estrutura metodológica da SD desdobra-se em etapas encadeadas e interdependentes:



Elaborado pelo autor (2026)

Apresentação da Situação (Contextualização e projeto comunicativo): Etapa em que o docente expõe aos estudantes o projeto social de comunicação, definindo o gênero discursivo a ser trabalhado (podcast narrativo), os destinatários/ouvintes das produções (comunidade acadêmica, rádios comunitárias, plataformas digitais) e os objetivos comunicativos e políticos da proposta. Pactua-se o cronograma e os temas que serão abordados em cada territorialidade.

Produção Inicial (Acolhimento da interlíngua e diagnóstico): Os estudantes são convidados a gravar narrativas orais espontâneas sobre suas primeiras impressões do Brasil ou desafios linguísticos vivenciados no cotidiano (na cidade, no campo ou na aldeia). Essa fase permite ao docente e aos futuros professores em formação diagnosticar os recursos fonéticos, lexicais e gramaticais mobilizados pelos alunos, acolhendo sotaques e estruturas próprias da interlíngua como marcas de suas trajetórias individuais.

Módulo 1: Análise crítica e adequação do gênero podcast: Procede-se à escuta e desconstrução analítica de podcasts narrativos de referência (como o Anticast e versões do Histórias de Ninar para Garotas Rebeldes). Investiga-se a organização textual do gênero: introdução cativante, encadeamento de cenários, uso de vinhetas, entrevista e desfecho. A análise crítica contextualiza a circulação desse gênero: no ambiente urbano, observa-se a acessibilidade e o alcance nas redes digitais; no rural, analisa-se a adequação a relatos sobre trabalho e terra; no indígena, investiga-se como a tecnologia digital de áudio se conecta com as matrizes milenares de transmissão oral da memória.

Módulo 2: Roteirização, escrita criativa e expressão local: Etapa dedicada a oficinas de escrita colaborativa para a construção dos roteiros. Trabalham-se conceitos de coesão, coerência e adequação vocabular sem anular a autenticidade das vozes dos alunos. O conteúdo do roteiro foca nas demandas reais dos grupos: para migrantes urbanos, pautas de acesso a direitos e lutas na metrópole; para trabalhadores rurais, trajetórias agrícolas e vida no campo; para estudantes indígenas, contos ancestrais e a relação sagrada com a terra.

Módulo 3: Gravação, edição inclusiva e ética da comunicação: Os estudantes vivenciam a prática de registro e sonorização com softwares livres e acessíveis de edição de áudio (como Audacity e Anchor.fm). A construção da identidade sonora é encorajada: inserção de paisagens sonoras urbanas, sons do trabalho no campo ou cantos e instrumentos da cultura indígena. Trabalha-se a ética da comunicação, o respeito à autoria individual/coletiva e o direito de fala.

Produção Final: Etapa em que os alunos elaboram a versão definitiva do podcast (de 3 a 5 minutos), mobilizando os aprendizados desenvolvidos ao longo dos módulos. A dimensão extensionista consolida-se na veiculação do material em agregadores digitais de áudio, rádios comunitárias e encontros culturais nas comunidades, permitindo que a sociedade escute as narrativas dos sujeitos por suas próprias vozes, desconstruindo estereótipos xenófobos ou racistas.

3.2. Estruturação de Projetos Integrados em Territorialidades Heterogêneas

A atuação universitária em PLA ganha consistência quando reconhece que o Brasil é marcado por profundas assimetrias e diversidades territoriais. Assim, as ações de ensino, pesquisa e extensão não podem adotar um formato único ou centralizador. Abaixo, aprofunda-se a articulação do tripé acadêmico aplicada a três contextos territoriais e sociais distintos:

3.2.1. Territorialidade Urbano-Periférica (Centros Metropolitanos e Redes Públicas de Ensino)

Nos grandes centros urbanos, o PLA enfrenta demandas urgentes ligadas à migração de crise e ao refúgio (como as populações venezuelanas, haitianas e afegãs). Na vertente do Ensino, na formação docente, propor disciplinas de graduação em "Metodologias de PLA Crítico" capacitam licenciandos para atuar no acolhimento de estudantes migrantes na rede pública de ensino. Os graduandos elaboram planos de aula e materiais focados em letramentos midiáticos (como a desconstrução de fake news e a análise de memes em português) e em propostas bilíngues (Português-Espanhol, Português-Árabe) voltadas para a inserção cidadã.

Na pesquisa o foco será desenvolver pesquisas-ação etnográficas e estudos longitudinais que investigam como jovens migrantes e refugiados utilizam ferramentas digitais (como grupos de WhatsApp e canais no YouTube) para apoiar a aquisição do PLA, a inserção no mercado de trabalho e a formação de redes de solidariedade. Os dados alimentam reflexões sobre a interlíngua e geram guias metodológicos para educadores sociais.

E na extensão, propor a realização de oficinas contínuas de letramento funcional para adultos migrantes em centros de acolhimento e instituições parceiras. A extensão aborda gêneros textuais do cotidiano (preenchimento de formulários de regularização migratória, leitura de contas de consumo e navegação em sites do serviço público), viabilizando o exercício imediato da cidadania e o acesso ao trabalho formal.

3.2.2. Territorialidade Rural e Agrária (Comunidades do Campo e Áreas de Fronteira)

Nos espaços agrários, o PLA atende a filhos de trabalhadores rurais transnacionais (como migrantes paraguaios e bolivianos nas regiões de fronteira ou produções agrícolas do interior). No Ensino, propor a inserção do módulo "PLA e Contextos Rurais" na formação de professores, preparando os futuros docentes para criar materiais pedagógicos alinhados à cultura do campo. Utilizam-se gêneros textuais específicos da vida agrária — como manuais de agricultura familiar, bulas de medicamentos veterinários e regulamentos de cooperativas — para promover o aprendizado da língua de forma funcional e relevante para os estudantes.

Na pesquisa, conduzir estudos etnográficos da comunicação em escolas rurais e assentamentos da reforma agrária. A pesquisa investiga os usos linguísticos, as barreiras de comunicação e as estratégias de transposição cultural vivenciadas pelos estudantes, produzindo diagnósticos sociolinguísticos e propostas curriculares adaptadas à realidade agrária.

Na extensão, estruturar "Círculos de cultura e PLA" baseados na pedagogia freireana em assentamentos e comunidades rurais. Por

meio de rodas de conversa e atividades comunitárias, promove-se o ensino do português a partir das vivências do trabalho no campo, produzindo literaturas de cordel e folhetos bilíngues que registram a história e a memória dos trabalhadores rurais migrantes.

3.2.3. Territorialidade indígena e intercultural (Aldeias e territórios originários)

Em contextos indígenas, o português é frequentemente aprendido como segunda língua ou língua adicional por povos que possuem suas próprias línguas maternas e estruturas de organização social. No Ensino, inserir na formação inicial a disciplina "PLA e Línguas Indígenas", na qual os licenciandos estudam as estruturas de gramáticas pedagógicas de línguas originárias (como Guaraní, Maxakali e Tukano). Esse estudo permite aos futuros professores compreender as especificidades da interlíngua do falante indígena ao aprender o português, capacitando-os a produzir jogos digitais e materiais pedagógicos bilíngues e interculturais.

Na Pesquisa, realizar investigações focadas na análise crítica das políticas linguísticas e na representação dos povos originários nos livros didáticos de PLA. A pesquisa denuncia apagamentos e mapeia as práticas de letramento autóctones, subsidiando a elaboração de glossários bilíngues e propostas curriculares que respeitem a soberania linguística e territorial das aldeias.

Na Extensão, em parceria direta com as lideranças e escolas indígenas, desenvolvem-se programas de mentoria e oficinas de escrita acadêmica em PLA voltados para jovens indígenas que buscam o ingresso ou a permanência no ensino superior. Paralelamente, criam-se clubes de conversação e canais de

divulgação em que os próprios indígenas utilizam o português como ferramenta política para divulgar suas culturas, lutas territoriais e conhecimentos ancestrais para a sociedade nacional e internacional.

3.3. Síntese Comparativa da Articulação Triádica por Territorialidade

A matriz a seguir sintetiza a operacionalização do tripé acadêmico nos três cenários investigados, demonstrando como a teoria da LA Crítica ganha corpo em ações integradas:

TERRITORIALIDADE	EIXO DE ENSINO	EIXO DE PESQUISA	EIXO DE EXTENSÃO
Urbano-Periférica (Migrantes de crise, refugiados e estudantes nas periferias)	• Disciplina "Metodologias em PLA Crítico". • Elaboração de materiais didáticos bilíngues e focados no letramento midiático/digital.	• Pesquisa-ação etnográfica sobre o uso de redes digitais na aquisição da interlíngua. • Mapeamento de redes informais de apoio.	• Oficinas de PLA funcional em centros de acolhimento. • Leitura e interpretação de documentos públicos, contas e acesso a direitos.
Rural e Agrário (Trabalhadores agrícolas transnacionais e filhos no campo)	• Módulo "PLA e Contextos Rurais". • Produção de unidades didáticas baseadas em gêneros do trabalho agrícola e cooperativismo	• Etnografia da comunicação escolar e comunitária em áreas rurais e de fronteira. • Diagnóstico das barreiras de comunicação no campo	• "Círculos de Cultura e PLA" em assentamentos agrários. • Produção colaborativa de literatura de cordel e folhetos bilíngues sobre a vida no campo

Indígena e Intercultural (Estudantes e comunidades indígenas em territórios originários)	• Disciplina "PLA e Línguas Indígenas". • Estudo de gramáticas pedagógicas autóctones para compreender a interlíngua indígena	• Análise crítica de escolhas decoloniais em materiais didáticos de PLA. • Mapeamento de práticas de letramento tradicional	• Mentoria de escrita acadêmica para ingresso/permanência no ensino superior. • Clubes de conversação e difusão das lutas e culturas originárias em PLA
--	--	--	--

Como se observa, a articulação do tripé supera a fragmentação do saber acadêmico. O ensino ganha sentido ao responder a demandas reais; a pesquisa produz teorizações teoricamente adensadas a partir de dados empíricos e sociais; e a extensão devolve à sociedade soluções pedagógicas construídas de forma compartilhada, consolidando a função social da universidade pública.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo de reflexão teórica e proposição pedagógica buscou analisar as implicações epistemológicas, metodológicas e políticas da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no campo do PLA. O percurso analítico desenvolvido ao longo do texto demonstrou que a integração do tripé universitário não representa um mero cumprimento formal de normativas constitucionais ou institucionais, mas constitui o alicerce indispensável para a prática de uma LA Crítica, decolonial e socialmente responsável.

A fundamentação teórica articulada na Seção 2 evidenciou que o ensino de PLA se fortalece quando abandona concepções formalistas e passa a compreender a linguagem como prática social

situada e atravessada por relações de poder. A incorporação dos aportes teóricos permitiu denunciar as armadilhas das políticas linguísticas mercadológicas ou ufanistas, demonstrando que a pesquisa crítica é essencial para desconstruir apagamentos nos materiais didáticos e valorizar a heterogeneidade dos sujeitos. A extensão universitária, por sua vez, afirmou-se como o canal primordial de oxigenação da academia, garantindo que a produção teórica seja constantemente confrontada e reelaborada a partir do diálogo vivo com as comunidades externas.

As proposições analisadas na Seção 3 — ilustradas pela sequência didática "Vozes do PLA" e pela matriz de projetos integrados para territórios urbanos, rurais e indígenas — comprovaram a viabilidade e a potência da aplicação prática desse arcabouço. Demonstrou-se que é possível formar professores de línguas aptos a manejar recursos tecnológicos e metodológicos de ponta sem abrir mão do compromisso político com a inclusão sociolinguística de populações vulnerabilizadas, como migrantes, refugiados e povos indígenas.

Considerando a natureza teórico-ensaística deste trabalho, reitera-se a importância de que futuras investigações acadêmicas acompanhem empiricamente a implementação desses modelos integrados nas universidades brasileiras. Sugere-se a realização de estudos que avaliem os impactos da curricularização da extensão nos cursos de licenciatura em Letras, bem como pesquisas que acompanhem a recepção dos materiais didáticos críticos e a trajetória de letramento dos estudantes nas redes públicas de ensino e nos projetos comunitários.

Conclui-se, em última análise, que a universidade pública reafirma seu papel ético e democrático no momento em que coloca o ensino,

a pesquisa e a extensão no centro da construção de um PLA transgressor e humanizador. Ao acolher a diversidade de vozes, sotaques e interlínguas, o campo do Português como Língua Adicional transforma o aprendizado do idioma em uma experiência concreta de garantia de direitos, afirmação de identidades e promoção da justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIZON, Ana Cecília C.; DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. Uma proposta poscolonial para a produção de materiais didáticos de português como língua adicional. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 58, n. 3, p. 1324-1355, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. Entre discursos mercadológicos e nacionalistas: apontamentos para o ensino-aprendizagem de português para falantes de outras línguas. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 18, n. 2, p. 385-412, 2015.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michèle; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 95-128.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

PENNYCOOK, Alastair. Uma Linguística Aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 67-84.

¹ Pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutor em Letras: Linguística e Língua Portuguesa pela PUC Minas.